



GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE PREVENÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ EM CONTEXTOS DE PERIFERIZAÇÃO URBANA EM BELÉM

Lucas Araújo de Souza ¹
Roberta Carolina Maués do Nascimento ²
Daiane Santana Belfort ³
Giovanna Lobato dos Santos ⁴

RESUMO

A pesquisa analisa a relação entre periferização urbana, violência letal e políticas públicas em Belém, com foco no Programa Territórios pela Paz (TerPaz) e na implementação das Usinas da Paz (UsiPaz). Os bairros selecionados (Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem e Benguí) apresentam alguns dos maiores índices de Crimes Violentos Letais Intencionais da capital e concentram dinâmicas territoriais marcadas pela vulnerabilidade social, pela precariedade de infraestrutura e pela atuação de mercados ilícitos. Metodologicamente, o estudo articula revisão bibliográfica, levantamento documental, trabalho de campo e produção cartográfica, possibilitando compreender tanto os padrões espaciais dos homicídios quanto as percepções sociais sobre a violência. Os resultados evidenciam que, embora o TerPaz tenha contribuído para a redução parcial da criminalidade e fortalecido a presença do Estado em territórios historicamente marginalizados, seus efeitos ainda são limitados. O enfrentamento da violência urbana em Belém exige políticas integradas e estruturais, que articulem segurança pública com investimentos em educação, saúde e geração de renda.

Palavras-chave: Periferização urbana, Violência letal, Políticas públicas, TerPaz.

ABSTRACT

This research analyzes the relationship between urban peripheralization, lethal violence, and public policies in Belém, focusing on the Territórios pela Paz Program (TerPaz) and the implementation of the Usinas da Paz (UsiPaz). The selected neighborhoods (Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem, and Benguí) record some of the highest rates of Intentional Lethal Violent Crimes in the capital and exhibit territorial dynamics marked by social vulnerability, infrastructural precariousness, and the presence of illicit markets. Methodologically, the study combines bibliographical review, documentary analysis, fieldwork, and cartographic production, enabling the understanding of both the spatial patterns of homicides and social perceptions of violence. The results show that, although TerPaz has contributed to a partial reduction in crime and strengthened the State's presence in historically marginalized areas, its effects remain limited. Addressing urban violence in Belém requires integrated and structural policies

¹ Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, lucasaraujo03112@gmail.com;

² Doutoranda pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, rcarolinamaues@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, lobatogiovanna1@gmail.com;

⁴ Mestranda pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, daibelfort@gmail.com;



that connect public security with investments in education, health, and income generation. Leave 1 line blank.

Keywords: Urban peripheralization, Lethal violence, Public policies, TerPaz.

INTRODUÇÃO

A periferização reflete um processo histórico de ocupação desigual, onde a urbanização ocorre sem infraestrutura e serviços públicos adequados, contribuindo para a marginalização de grupos sociais vulneráveis. A configuração territorial da cidade, marcada por uma distribuição desigual dos recursos, influencia diretamente os níveis de violência e criminalidade, uma vez que a precariedade socioeconômica e a presença precária do estado em determinadas áreas propiciam o fortalecimento de redes criminosas.

Chagas (2014) destaca que a violência e a criminalidade não se restringem apenas aos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, mas podem ocorrer em qualquer localidade afetada por precarização social e crescimento urbano desordenado. Segundo o autor, diversos fatores presentes no ambiente urbano podem contribuir para o aumento da violência, como a exclusão social, a pobreza e a expansão desordenada de áreas periféricas. Os bairros de Belém, como Guamá, Terra Firme, Jurunas, Cabanagem e Benguí exemplificam esse processo de periferização, tradicionalmente ocupados por populações de baixa renda, que sofrem com a violência e criminalidade, marcados pelo histórico de negligência por parte do poder público.

Nesse contexto, o Programa Territórios Pela Paz (TerPaz), implementado pelo governo do Estado do Pará, surge como uma iniciativa para enfrentar os desafios da violência e da criminalidade em territórios vulneráveis de Belém e região metropolitana. O programa adota uma abordagem integrada de segurança pública e desenvolvimento social, buscando a redução da criminalidade por meio de políticas públicas voltadas à educação, cultura, geração de renda e fortalecimento da cidadania.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre o processo de periferização e a dinâmica da violência em Belém. Além disso, busca-se avaliar o impacto de políticas públicas, como o Programa Territórios Pela Paz (TerPaz), na redução da criminalidade em bairros periféricos da cidade.

A escolha do tema se justifica pela relevância social e acadêmica de compreender como os processos de periferização contribuem para a reprodução da violência urbana em Belém. A ocupação desigual do espaço, marcada pela presença precária do Estado em áreas periféricas,

gera vulnerabilidades que favorecem a expansão da criminalidade e reforçam a marginalização de grupos sociais historicamente excluídos.

Nesse cenário, torna-se fundamental analisar não apenas os fatores que intensificam a violência, mas também as iniciativas governamentais que buscam enfrentá-la, como o Programa Territórios Pela Paz (TerPaz). A pesquisa é necessária porque permite avaliar em que medida políticas públicas integradas podem transformar realidades de precariedade, fortalecendo a cidadania e promovendo condições mais justas de segurança. Assim, o estudo contribui para ampliar o debate acadêmico sobre a relação entre território, violência e políticas públicas, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes de enfrentamento da criminalidade nas periferias urbanas.

METODOLOGIA

A metodologia proposta articula diferentes procedimentos de pesquisa, de modo a integrar fundamentação teórica, análise documental, trabalho empírico e produção cartográfica. A investigação adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, permitindo tanto a sistematização de conceitos e dados quanto a compreensão das percepções sociais acerca da violência letal nos bairros estudados.

A primeira etapa consiste em uma pesquisa bibliográfica direcionada ao levantamento e sistematização das principais discussões sobre os conceitos de periferização, território e violência. O objetivo é estabelecer um referencial teórico sólido que permita interpretar as dinâmicas socioespaciais presentes nos bairros analisados, compreendendo a violência não apenas como fenômeno criminal, mas também como expressão de desigualdades estruturais e processos de exclusão urbana.

Na segunda etapa será realizado um levantamento documental, por meio da coleta de dados referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ocorridos no período de 2015 a 2024 nos bairros Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem e Benguí. As informações serão extraídas do banco de dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP). Essa etapa terá como finalidade identificar padrões e tendências da violência letal, construindo um panorama temporal e espacial da criminalidade nos bairros destacados.

A terceira etapa corresponde ao trabalho de campo, que incluirá visitas aos bairros da pesquisa e a realização de entrevistas semiestruturadas com moradores, lideranças comunitárias e atores institucionais. A intenção é compreender como os sujeitos sociais percebem e

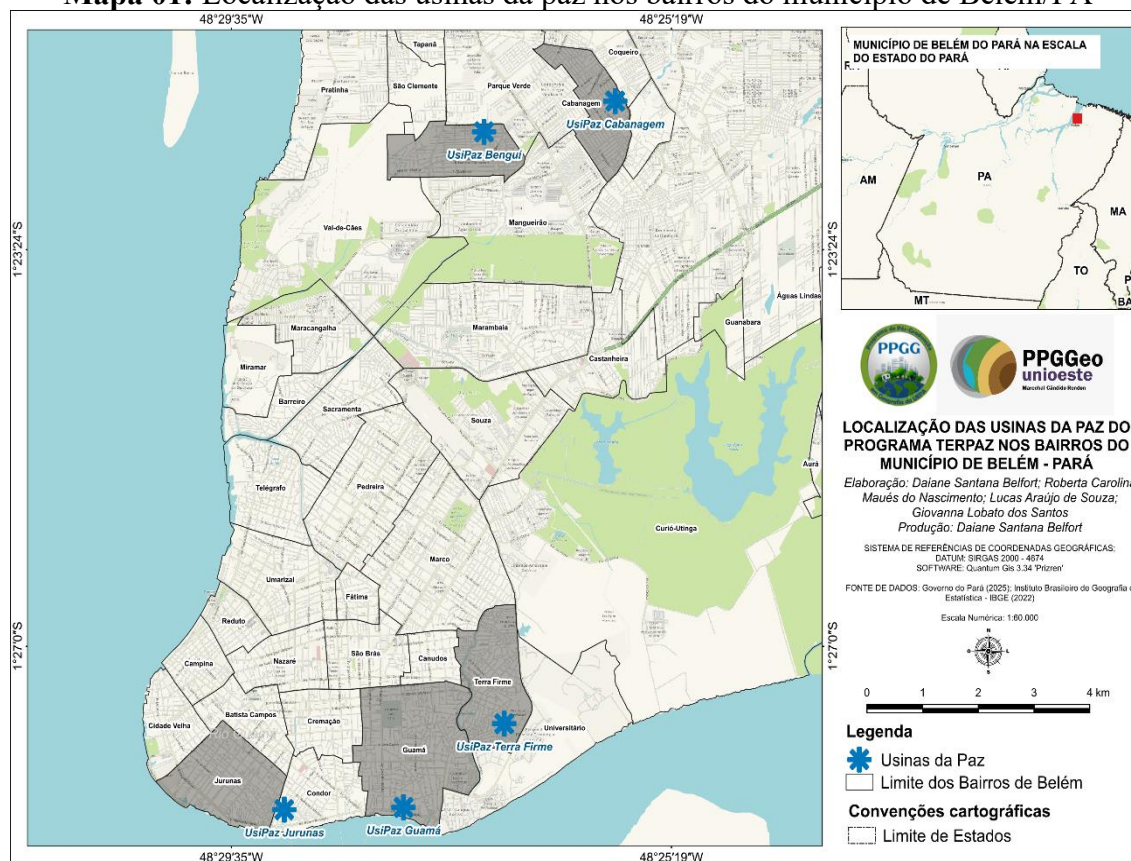


vivenciam a violência em seu cotidiano, bem como analisar de que forma o programa Territórios pela Paz tem contribuído para a redução dos crimes violentos e para a ampliação da sensação de segurança.

Por fim, a quarta etapa refere-se à produção cartográfica, que será realizada a partir do tratamento e do geoprocessamento dos dados levantados. A elaboração de mapas temáticos possibilitará a identificação de áreas críticas, a caracterização da distribuição espacial dos homicídios e a compreensão das dinâmicas territoriais da violência. Para isso, será utilizado o software *QGIS 3.34 Prizren*, que oferece recursos técnicos adequados para a análise espacial e a produção de representações cartográficas detalhadas.

A presente pesquisa tem como recorte espacial os bairros do Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem e Benguí, todos localizados na cidade de Belém. A escolha desses territórios justifica-se por apresentarem alguns dos maiores índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) da capital, além de integrarem a política pública Territórios pela Paz (TerPaz). Esses bairros expressam de forma clara o processo de periferização urbana, revelando dinâmicas marcadas pela vulnerabilidade socioeconômica, pela precariedade de infraestrutura e pela atuação de mercados ilícitos que disputam o controle territorial.

Mapa 01: Localização das usinas da paz nos bairros do município de Belém/PA



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).



O mapa de localização acima permite situar esses bairros no contexto da Região Metropolitana de Belém, evidenciando o recorte espacial da pesquisa e oferecendo uma base cartográfica para a compreensão da distribuição da violência letal.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da criminalidade e da violência nos bairros de Belém exige a articulação com o entendimento do território, uma vez que este se constitui como espaço de poder, de disputa e de práticas sociais. Conforme destaca Raffestin (1993), o território é produzido pelas relações de poder que nele se estabelecem, o que permite entender como determinados grupos exercem controle e influência sobre a vida cotidiana da população. Nesse sentido, a precária presença do Estado em áreas periféricas da cidade favorece a territorialização de atores ligados à criminalidade, que passam a organizar dinâmicas próprias de regulação social, muitas vezes marcadas pela coerção e pela violência.

Logo, o território implica em relações de poder, em especial ao processo de apropriação do espaço e aos agentes que o produzem (Souza, 2003). Assim, o espaço é de suma importância para a compreensão dos territórios da violência e da criminalidade urbana, uma vez que o homem modifica constantemente o espaço e sua dinâmica (Chagas, 2014).

Raffestin (1993) entende o território como fração do espaço apropriado por relações de poder, de modo que nessa apropriação “o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p. 128). Nesta perspectiva, o território é organizado de acordo com interesses e necessidades de grupos sociais, revelando suas relações de poder.

Nesse sentido, ao trazer a discussão de território é contundente sabermos algumas das principais definições de poder e da violência, tendo em vista entender as suas dinâmicas na sociedade, o que é necessário, diante da existência de diversos fatores que influenciam a criminalidade.

O poder pode ser entendido de duas formas: a primeira consiste no poder institucional do Estado. Essa característica consiste no poder através das instituições e das leis e dos códigos de controle social, permitindo o estabelecimento das relações no território através das políticas públicas vinculadas ao Estado. A segunda característica remete à ideia das relações sociais que se escondem por trás do poder institucional, ou seja, o poder que está ligado diretamente às relações dos agentes territoriais (Raffestin, 1993).



Dessa forma, observa-se que o poder não pode ser compreendido apenas como algo formalmente instituído pelo Estado, mas também como uma rede de relações sociais que o atravessa e o ressignifica no cotidiano. Essa concepção amplia a compreensão sobre o território, que passa a ser visto não apenas como espaço regulado por normas e instituições, mas também como produto das interações e disputas entre diferentes agentes sociais, o que abre caminho para a reflexão trazida por Haesbaert (2004).

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver não com o poder, mas não apenas com o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação dos indivíduos, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (Haesbaert, 2004, p. 02).

Para o autor não existe vazio de poder, portanto, se o Estado não se apresenta de forma eficaz, outros agentes tendem a se territorializar, como é o caso dos agentes ligados à criminalidade. Foucault (2004), por outro lado, aponta como relações de poder se consolidam sobre uma determinada realidade de acordo com os interesses dos agentes territoriais associados ou não ao papel do Estado.

Podemos apontar diversos fatores dentro do espaço urbano que podem contribuir para o aumento da violência, como a desigualdade socioespacial e favelização, que se apresentam intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo poder público, tornando assim o ambiente propício para difusão e estabelecimento da criminalidade (Chagas, 2014).

A precarização dos bairros e a ineficácia do poder público, resultou em relações que marcaram o espaço-tempo por meio da violência, destacando uma das formas mais extremas da violência, como é o caso dos homicídios. É válido salientar que não estamos querendo dizer que a pobreza gera a violência, contudo, o que queremos destacar é que o “abandono” do Estado em relação a certos bairros de Belém, faz com que os agentes territoriais ligados à criminalidade exerçam sua influência sobre determinados espaços (Chagas, 2014).

Pode-se citar como exemplo a territorialidade do tráfico de drogas que se consolida através da precariedade da ação do Estado nessas áreas, que passam a estipular as suas normas e leis de acordo com seus anseios, baseada no exercício do poder, por meio de suas ferramentas e seus instrumentos de controle.

Foucault (2004) compreende que o fenômeno da violência é entendido como uma ferramenta que busca a formação de pessoas obedientes a suas leis, sendo assim a finalidade da mesma é reger e obter o controle da população. Pode-se entender que a violência, dessa forma, pode ser caracterizada de diversas formas e por vários agentes que podem utilizar-se da mesma



como instrumento de dominação ou para a imposição do controle de onde se apresenta uma fragilidade do poder (Arendt, 1969).

Para Raffestin (1993), a violência é parte de um território que é um conjunto de relações culturais, sociais e políticas que refletem as variáveis sociais. Esse fenômeno aparece nesse contexto como resultado das relações a partir das disputas dos agentes territoriais.

Nesse contexto, os instrumentos coercitivos que são utilizados pelos grupos criminosos para a manutenção ou a conquista desses territórios relacionam a violência e o poder, sendo a violência uma das principais ferramentas para essa manutenção. Segundo Arendt (1994), toda diminuição de poder abre espaço para a utilização da violência, sendo a mesma usada como justificativa para a manutenção do poder. Ou seja, é preciso compreender que o fenômeno do gerenciamento da violência é uma ferramenta que busca a formação de pessoas obedientes a suas leis, tendo como objetivo reger e obter a docilização das massas e formação de indivíduos obedientes (Foucault, 2011).

Em síntese, percebe-se que a violência, ao se territorializar em contextos de fragilidade do Estado, revela-se como expressão de disputas de poder entre diferentes agentes. Esse processo é alimentado pela precarização urbana, pela desigualdade socioespacial e pelo abandono de determinados territórios, fatores que abrem espaço para que grupos criminosos imponham suas próprias normas e consolidem formas alternativas de dominação. Assim, o território deixa de ser apenas espaço das ações institucionais e passa a refletir as relações de poder que nele se estabelecem, evidenciando que compreender a violência urbana exige analisar não apenas os instrumentos coercitivos empregados, mas sobretudo as condições sociais e políticas que permitem a sua emergência e reprodução.

FORMAÇÃO METROPOLITANA E PERIFERIZAÇÃO URBANA EM BELÉM

O início da formação metropolitana de Belém e o consequente processo de dispersão urbana se consolidaram no período em que os investimentos regionais se intensificaram, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970. Trindade Jr. (1998), ao analisar a formação do espaço urbano belenense, destaca que o rompimento da primeira légua patrimonial⁵ representou o primeiro passo para a superação do modelo de “confinamento” que até então caracterizava o

⁵ O perímetro conhecido como Primeira Légua Patrimonial de Belém evidencia o processo de ocupação e expansão da capital paraense em direção às áreas periféricas. Esse movimento esteve diretamente associado a dinâmicas de segregação socioespacial que deslocaram grande parte da população para o setor sul da cidade, especialmente para bairros situados nas proximidades do rio Guamá, como Jurunas, Cremação, Condor, Guamá e Terra Firme (Nascimento, 2021).



município. Esse movimento resultou na multiplicação de assentamentos urbanos ao longo dos vetores de expansão metropolitanos.

Nesse contexto, a Avenida Augusto Montenegro e a Rodovia BR-316 constituíram-se nos principais vetores dessa dispersão. A primeira favoreceu a integração de distritos como Icoaraci e Outeiro, enquanto a segunda possibilitou a formação dos demais municípios que, posteriormente, compuseram a Região Metropolitana de Belém do ponto de vista institucional (Ribeiro e Corrêa, 2023).

Belém, entretanto, já apresentava em sua formação uma expressiva diversidade de comunidades urbanas, marcadas pela pobreza e carência de políticas públicas. A partir da ocupação da segunda légua patrimonial e da expulsão de moradores para áreas cada vez mais distantes do núcleo central, o próprio processo de expansão da malha urbana passou a reproduzir espacialmente essas desigualdades, especialmente ao longo dos vetores metropolitanos.

A produção do espaço urbano de Belém foi conduzida por diferentes agentes. De um lado, o Estado, por meio de políticas de crédito fiscal e da criação de órgãos gestores voltados à produção de assentamentos, que exerceu papel central na organização da expansão urbana. A Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) desempenhou, por décadas, função decisiva na construção de lotes e unidades habitacionais em áreas periféricas da região metropolitana. De outro lado, a iniciativa privada também teve participação fundamental, especialmente na consolidação de empreendimentos direcionados às classes de maior renda.

Essa expansão foi estimulada pela abertura do território amazônico a investimentos econômicos de escala nacional e internacional. Contudo, como enfatiza Maricato (2000), tal abertura ocorreu de forma seletiva, reforçando a exclusão social. Isso porque as áreas centrais e mais valorizadas permaneceram acessíveis apenas às classes médias e altas, enquanto os grupos mais pobres foram relegados às periferias e a terrenos ambientalmente vulneráveis. Belém constitui um exemplo notável dessa dinâmica, na qual a produção do espaço urbano se estruturou a partir da exclusão socioespacial, como reforça Martins (1997).

No processo de periferização, Ferreira (1995) e Couto (2018) observam que, apesar da precariedade de infraestrutura e serviços, os bairros periféricos mantêm conexões funcionais com o centro, configurando um espaço urbano simultaneamente fragmentado e articulado. Nascimento (2021) acrescenta que o crescimento dessas áreas foi condicionado pelas desigualdades de renda, o que aprofundou a segregação socioespacial e ampliou a vulnerabilidade de determinados territórios.



Assim, diante da impossibilidade de acesso às áreas mais valorizadas pela lógica do mercado, as populações pobres foram empurradas para as áreas de baixada da primeira légua patrimonial (Ferreira, 1995), historicamente negligenciadas pelo poder público. Esse processo resultou na ocupação irregular e precária de bairros como Jurunas, Terra Firme, Guamá, Benguí, Cabanagem, que concentram graves problemas de infraestrutura e habitabilidade. Nessas localidades, a vulnerabilidade é intensificada pela exposição a alagamentos, devido à proximidade com rios e igarapés, somada ao elevado volume pluviométrico da região. A população recorreu à autoconstrução de habitações improvisadas, incluindo barracos, casas de alvenaria irregulares, palafitas e pontes de madeira, evidenciando o caráter desigual e precário da produção do espaço urbano belenense.

O bairro do Jurunas apresenta um processo de ocupação profundamente marcado pela urbanização excludente que se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Migrantes ribeirinhos e pessoas vindas do interior do Pará ocuparam o bairro em busca de melhores condições de vida, mas encontraram um espaço urbano já segregado, no qual as áreas de baixada se tornaram o destino das populações com menor poder aquisitivo. Essa dinâmica resultou na retirada de parcelas da população do acesso pleno à cidade e aos serviços urbanos, caracterizando um processo histórico de exclusão socioespacial (Belfort; Reis Netto; Chagas, 2024).

O Guamá e a Terra Firme se destacam como áreas que receberam grandes fluxos de famílias expulsas do centro em razão da valorização imobiliária. A expansão para esses bairros ocorreu sobretudo no século XX, marcada pela ocupação irregular das baixadas e pelo avanço da população pobre em direção a terrenos menos valorizados. A lógica da autoconstrução predominou, enquanto o Estado pouco interveio em termos de infraestrutura e serviços básicos. Essa ausência de políticas públicas estruturantes contribuiu para a consolidação de espaços com forte densidade populacional, vulnerabilidade ambiental e social, tornando-os alvos frequentes de conflitos e elevados índices de criminalidade (Nascimento, 2021).

O bairro da Cabanagem apresenta um processo de formação marcado pela ocupação gradativa de áreas de expansão urbana, resultado direto da pressão por moradia das camadas populares, sobretudo migrantes vindos do interior do Pará. Inicialmente, sua configuração espacial foi definida por um processo de transformação do espaço natural em urbano, com a substituição da cobertura vegetal por construções humanas, muitas vezes autoconstruídas de forma precária (Costa, 2020).

Assim, o processo de periferização, ao produzir territórios marcados pela precariedade estrutural, pela ausência do Estado e pelas desigualdades, também se relacionou diretamente à



dinâmica da violência urbana em Belém. Os bairros resultantes dessa expansão desigual concentraram, ao longo dos anos, alguns dos maiores índices de homicídios da capital paraense. Diante desse quadro, o governo estadual buscou implementar programas de enfrentamento, como o Territórios pela Paz (TerPaz), na tentativa de reduzir a violência letal e mitigar os efeitos da exclusão urbana que marcam a formação metropolitana de Belém.

DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS NOS BAIRROS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ

A análise da violência letal em Belém revela a persistente concentração espacial dos homicídios em bairros periféricos marcados por vulnerabilidade socioeconômica, precariedade urbana e presença de mercados ilícitos. Estudos anteriores à criação do Programa Territórios pela Paz (TerPaz) já apontavam a centralidade de bairros como Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem e Benguí na configuração de “*hotspots*” da violência na cidade.

Segundo Corrêa (2019), a pobreza e a vulnerabilidade social, somadas à territorialização do tráfico de drogas, funcionam como elementos estruturantes da dinâmica dos homicídios nesses espaços. No caso específico da Terra Firme, Nascimento (2019) evidencia que a territorialidade associada à violência letal está relacionada tanto às disputas do comércio de drogas quanto a conflitos locais, reforçando a ideia de que o espaço urbano periférico é marcado por regulações armadas. Nascimento (2019, p. 52) explica:

A espacialização dos homicídios demonstra que certas ruas e vielas concentram episódios letais, revelando que a violência não se distribui de forma homogênea, mas se ancora em pontos de controle territorial. Esses pontos correspondem, em grande medida, a locais de disputa do comércio de drogas e a áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, o que reforça a ideia de que o território é um elemento fundamental para a compreensão da violência letal.

Esse mesmo padrão é observado no Guamá, bairro que, segundo Figueiredo (2024), concentra elevados índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), com forte incidência sobre jovens e homens negros. Tais resultados são consistentes com a literatura que associa letalidade e marcadores sociais da diferença em contextos urbanos periféricos brasileiros (Wacquant, 2008). Figueiredo (2024, p. 18) enfatiza:

As estatísticas apontam que o Guamá figura de forma recorrente entre os três bairros mais violentos de Belém, mesmo após a implementação de políticas de prevenção. A persistência desses índices demonstra que a letalidade está relacionada não apenas à presença policial, mas a fatores estruturais como desigualdade social, ausência de serviços públicos e atuação consolidada de grupos ligados ao tráfico de drogas.

Na Cabanagem, Oliveira e Mello (2024) produzem uma cartografia didática da criminalidade violenta, destacando a concentração espacial de homicídios em determinadas vias e setores do bairro. Esse tipo de análise corrobora a necessidade de leitura intraurbana detalhada, uma vez que a violência não se distribui de forma homogênea, mas se concentra em microterritórios específicos. Situação semelhante é descrita no Benguí, onde estudo qualitativo de Percepções sobre a violência (2021) evidencia a percepção de moradores e agentes de segurança sobre a recorrência de crimes letais e a insuficiência de serviços públicos. De acordo com Oliveira e Mello (2024, p. 7), “a Cabanagem apresenta setores intraurbanos de altíssima concentração de homicídios, especialmente em áreas de maior precariedade urbana”.

A literatura também enfatiza a dimensão subjetiva da violência. Silva (2012), ao estudar o bairro da Terra Firme, mostra como o medo da violência molda práticas cotidianas e padrões de sociabilidade, restringindo a circulação dos moradores. Essa perspectiva aproxima a análise de Milton Santos (1996), para quem o espaço urbano é resultado da articulação entre formas, funções e significados sociais, sendo a violência um fator que reorganiza práticas e usos do território.

No âmbito das políticas públicas, o TerPaz surge em 2019 como resposta do governo estadual à escalada da violência letal, combinando policiamento orientado por evidências, fortalecimento de serviços sociais e criação das Usinas da Paz (Pará, 2020). Avaliações iniciais indicam quedas significativas nos índices de homicídios nos bairros contemplados (Pará, 2023; Costa, 2022).

Todavia, como alerta a literatura crítica, essas quedas precisam ser interpretadas com cautela. O risco de “efeito balão”, ou seja, deslocamento da violência para bairros não contemplados pela política, é real (Costa, 2022). Além disso, a seletividade policial pode reforçar estigmatizações territoriais (Wacquant, 2008), convertendo o espaço periférico em alvo preferencial de operações repressivas. Assim, embora os dados mostrem tendência de queda, é necessário manter avaliações independentes, com base em recortes intraurbanos e temporais detalhados, para compreender plenamente a dinâmica da violência.

Em síntese, a análise dos homicídios nos bairros contemplados pelo Programa Territórios pela Paz (TerPaz) evidencia tanto a persistência de vulnerabilidades estruturais quanto a relevância de políticas públicas integradas e territorializadas. Observa-se que, embora os dados indiquem uma redução dos CVLIs nos bairros contemplados pelo TerPaz após a implementação das Usinas da Paz, essa queda não deve ser interpretada como resolução definitiva do problema. Pelo contrário, estudos de caso demonstram que a violência nesses



territórios assume formas diversas: vai desde os conflitos ligados ao tráfico e à regulação armada de microterritórios, até a violência simbólica representada pelo medo cotidiano que restringe os usos do espaço urbano (Silva, 2012).

Tabela 01: Registro dos Crimes Violentos Letais Intencionais (2017-2024)

Bairros	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Benguí	27	42	7	8	5	0	5	4	98
Cabanagem	48	34	31	17	11	4	3	4	152
Guamá	67	74	48	32	30	17	31	23	322
Jurunas	66	55	26	24	13	13	7	14	218
Terra Firme	22	38	19	8	14	9	11	14	135

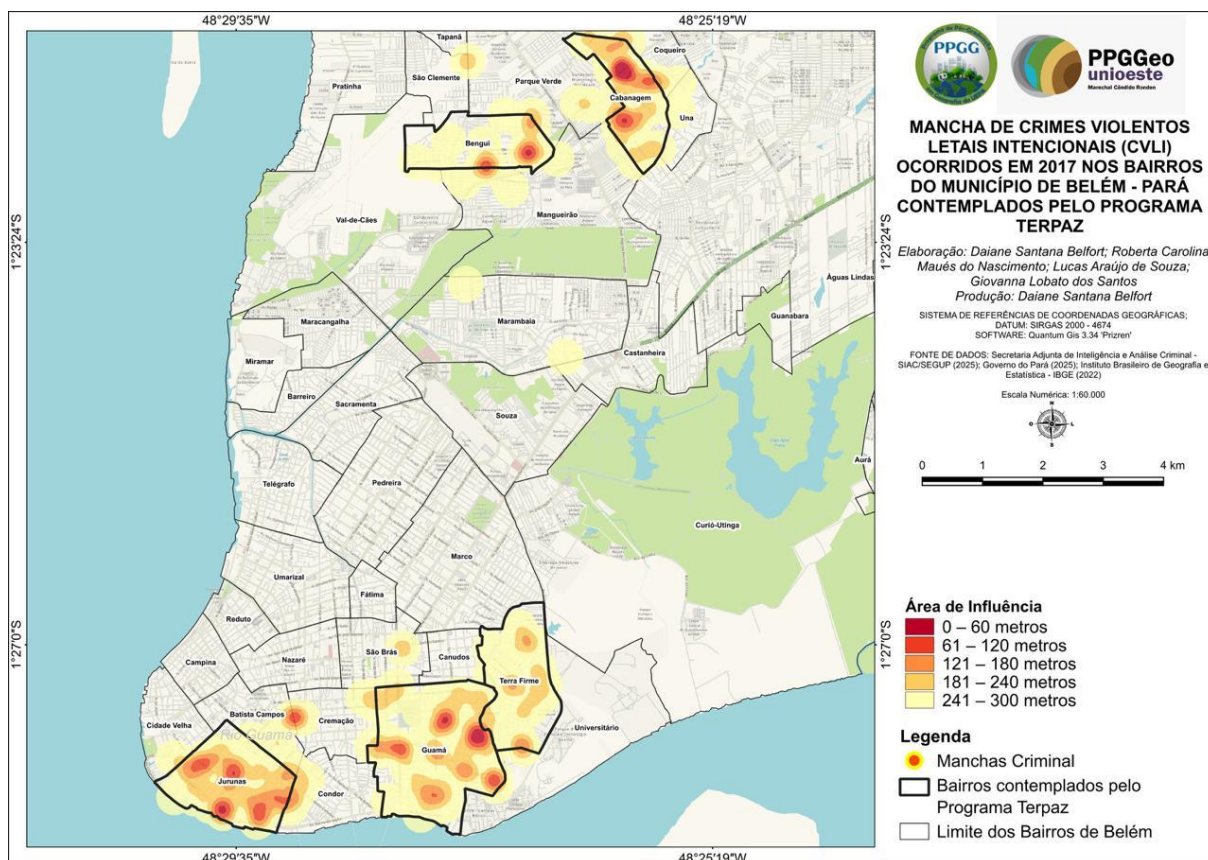
Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Desse modo, conforme a tabela a cima, a leitura sobre os homicídios nos bairros contemplados pelo TerPaz deve articular estatísticas oficiais, percepções locais e análises críticas, garantindo uma compreensão complexa da violência urbana. Isso implica reconhecer que as políticas de segurança, para além de intervenções repressivas, precisam ser associadas a investimentos sociais consistentes, capazes de enfrentar as causas estruturais da violência e promover condições dignas de vida para as populações que habitam esses territórios.

Nesse sentido, a apresentação de dois mapas com a Mancha de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) — um referente ao ano de 2017 e outro ao ano de 2024 — permite visualizar comparativamente a distribuição espacial desses crimes ao longo do tempo, evidenciando possíveis avanços, permanências ou deslocamentos da violência nos bairros atendidos pelo programa.

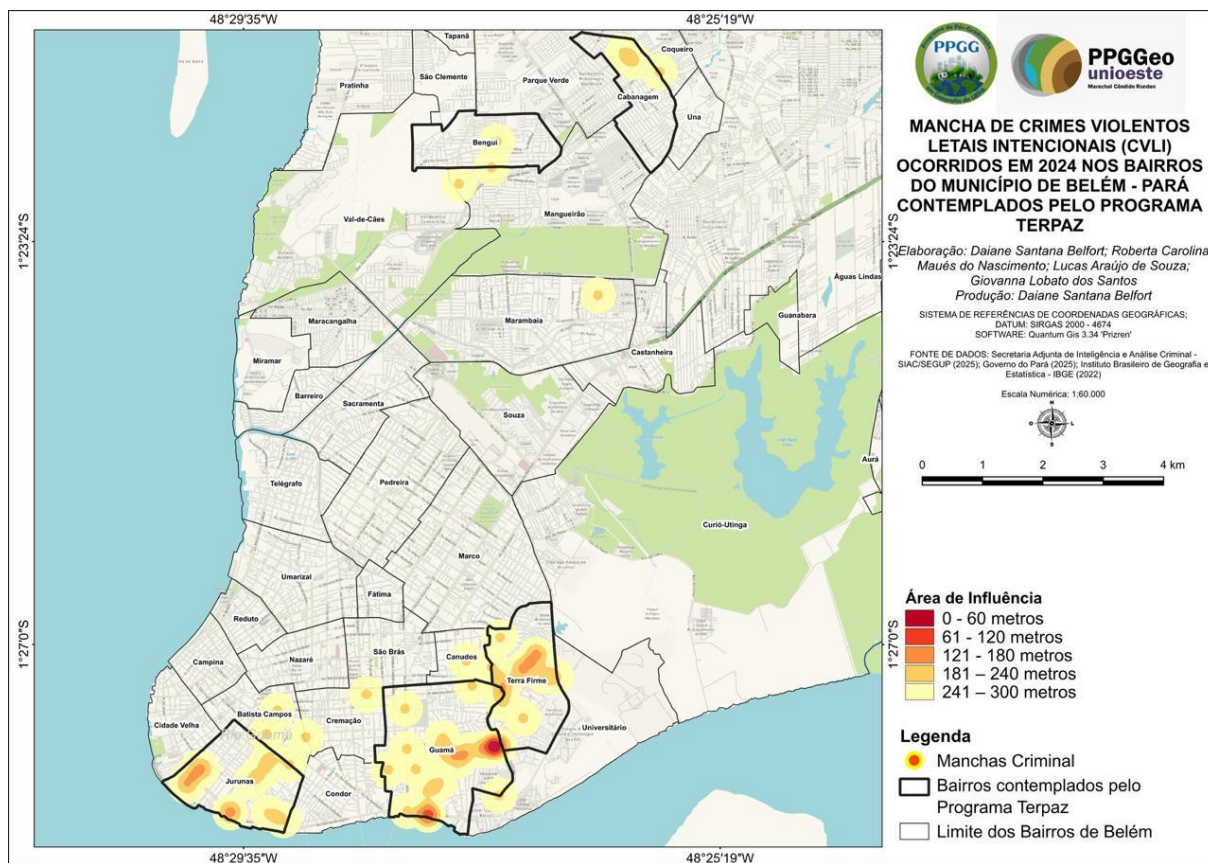


Mapa 01: Mancha de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no ano de 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Mapa 02: Mancha de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no ano de 2024



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os mapas apresentados permitem observar a distribuição espacial dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) em dois momentos distintos: o primeiro, referente ao ano de 2017, evidencia uma maior concentração e dispersão dos pontos de ocorrência; já o segundo, referente a 2024, demonstra uma significativa redução desses registros. A análise comparativa revela não apenas a diminuição quantitativa dos casos, mas também mudanças no padrão territorial da violência letal, indicando áreas que deixaram de apresentar registros recorrentes. Esse contraste espacial reforça a importância de compreender os impactos das políticas públicas de segurança e de ações sociais desenvolvidas no período, bem como a relevância de considerar a dimensão territorial na análise da violência urbana.

TERPAZ COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA

O programa "Territórios pela Paz" foi implantado em 23 de setembro de 2019 com o objetivo de promover ações integradas para coibir crimes e potencializar ações sociais,

consolidando as políticas de Estado em áreas definidas pelo setor de planejamento, e com base nos dados levantados pela inteligência e análise criminal. As ações de segurança foram desenvolvidas em três fases: a primeira, de ocupação, a segunda, de estabilização e a última, de aproximação.

Destaca-se que o choque operacional foi iniciado em 2019, com ações de segurança coordenadas pela SEGUP, de forma integrada e estratégica entre as forças do sistema de segurança, a partir de informações baseadas em análises da mancha criminal. Por meio de várias operações, foi possível reduzir a criminalidade e estabilizar os índices, abrindo caminho para as atividades sociais e de promoção da cidadania, com as Usinas da Paz (Usipaz).

A Usina da Paz é um projeto integrado ao programa Territórios Pela Paz, elaborado pelo Governo do Pará e coordenado pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC), em parceria com a iniciativa privada. São complexos multifuncionais direcionados para a população vulnerável com o objetivo de oportunizar melhorias na educação, saúde, arte, cultura, profissionalização e cidadania. Atualmente, 7 usinas já foram implementadas na Região Metropolitana de Belém. Em Belém: Usipaz Jurunas/Condor; Usipaz Terra Firme; Usipaz Guamá; Usipaz Cabanagem e Usipaz Padre Bruno Sechi (Benguí). Marituba: Usipaz Antônio Corrêa (Nova União). Ananindeua: Usipaz Prof. Amintas Pinheiro (Icuí-Guajará).

A escolha dos bairros para a implementação das usinas perpassa por aqueles que mais necessitavam de ações do Estado na contenção da violência, sendo escolhidos a partir de critérios, como: elevados índice de criminalidade e violência, polos geradores de criminalidade, organização social comunitária mínima e predisposição local para executar o projeto.

A localização das usinas da paz foi pensada de forma estratégica a partir da necessidade de recuperar territórios dominados pela criminalidade e de desenvolver uma política de segurança pública através da prevenção e não da repressão.

Belém e o Estado do Pará, estavam entre os mais violentos do Brasil, as nossas políticas públicas eram as mesmas há quarenta/cinquenta anos, mais viaturas, mais carros, mais homens e com os mesmos resultados ou resultados piores do que vinham sendo colhidos pela sociedade, tínhamos um aumento considerado das facções, tínhamos um aumento considerado das milícias dominando território e o poder público realmente já começando a não frequentar mais determinados territórios já que era dominado por esses agentes criminosos, e a gente sabe que do ponto de vista teórico que a questão do domínio territorial é algo muito importante, se eu domino o território, eu domino tudo, eu domino os meios de produção, eu domino tudo que tá acontecendo ali dentro. Então o domínio territorial é algo que o Estado tinha que pegar novamente, o Estado precisava disso. **(Entrevista 01- Diretor geral das usinas da paz em 2020).**

O programa tem um público prioritário, estes são: mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade e vítimas da violência; mulheres provedoras da família e jovens de 15 a 29 anos em áreas de elevado risco social, com baixos índices de escolaridade, sem qualificação técnico-profissional, subemprego e sem emprego ou renda. Nesse sentido, o programa dispõe vários projetos através da parceria com as secretarias e órgãos do Estado, que objetivam o empoderamento das mulheres, a diminuição da vulnerabilidade social de jovens e adolescentes e oferecer serviços, cultura e cidadania aos moradores dos bairros inseridos na ação do governo.

Segundo Bobbio (1992), os direitos são historicamente determinados e resultam de conquistas progressivas da humanidade, o que reforça a necessidade de políticas públicas que garantam sua efetivação no cotidiano social. No contexto brasileiro, Santos (2007) problematiza a cidadania a partir do processo de urbanização, ressaltando que, embora os indivíduos possuam direitos e deveres desde o nascimento, existe uma contradição entre o que é assegurado por lei e o que efetivamente se concretiza no espaço urbano. Essa dificuldade se expressa especialmente no acesso à moradia digna, à saúde, à educação e à justiça, revelando as desigualdades socioespaciais que marcam as cidades brasileiras. Nessa mesma linha, Harvey (2008) discute o “direito à cidade” como um direito coletivo, que ultrapassa a esfera individual e exige uma reorganização do planejamento urbano e das políticas públicas. Assim, programas como o TerPaz se inserem nesse debate ao buscar garantir, ainda que de forma parcial, a efetividade desses direitos, reduzindo vulnerabilidades sociais e ampliando a presença do Estado em territórios historicamente marginalizados.

O TerPaz, desse modo, tem se configurado como uma política pública territorializada de prevenção social da violência, cujas ações alcançam dimensões não somente sociais, mas também educacionais, de saúde e de infraestrutura. Entre suas contribuições diretas, destaca-se o apoio emergencial prestado à população em situação de vulnerabilidade, como na recomposição de casas danificadas por alagamentos decorrentes das chuvas, o que reflete um papel essencial de amparo e reconstrução comunitária.

No campo educacional e da qualificação profissional, o programa oferece uma diversidade de cursos, abrangendo áreas como gastronomia, tecnologia, moda e sustentabilidade, além de cursos de língua inglesa. Também promove reforço escolar e atividades esportivas, ampliando o acesso ao conhecimento e estimulando a inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que fortalece a formação cidadã.

Além disso, na dimensão social e de saúde, o TerPaz possibilita a emissão de documentos básicos, bem como no atendimento odontológico, orientação psicológica e terapia ocupacional. O programa ainda se destaca por suas estratégias voltadas à reinserção social, com

atendimento especializado a egressos do sistema prisional, seus familiares e visitantes de pessoas privadas de liberdade.

Assim, o TerPaz atua de forma integrada, incidindo sobre diferentes esferas da vida social, o que evidencia seu caráter estratégico para o enfrentamento das vulnerabilidades urbanas. Logo, o programa pode ser compreendido como uma política pública voltada para a mitigação dos fatores que contribuem para a violência urbana. Ao oferecer serviços de saúde, educação, qualificação profissional, reinserção social e melhorias em infraestrutura. Nessa perspectiva, o TerPaz não se restringe a ações repressivas, mas busca incidir nas causas sociais que ampliam a vulnerabilidade e a exposição da população a práticas ilícitas.

Entretanto, cabe ressaltar que políticas como essa apresentam limites. Conforme destaca Foucault (1979), o poder, em suas múltiplas formas de exercício, tende a se reorganizar constantemente nos territórios. Isso implica dizer que, ainda que o Estado amplie sua presença por meio de iniciativas sociais, o controle de determinados espaços urbanos pode continuar sendo disputado por agentes ligados à criminalidade organizada, que se territorializam e constroem formas alternativas de poder.

Raffestin (1993) ao enfatizar que as relações de poder se materializam no território, nesse sentido, embora programas como o TerPaz sejam fundamentais para diminuir os fatores de risco e ampliar as oportunidades sociais, eles não eliminam, por si só, as condições históricas e estruturais que sustentam a criminalidade. Assim, o TerPaz deve ser entendido como um instrumento de mitigação da violência e não como solução definitiva, uma vez que a superação desse problema demanda transformações profundas no modelo de desenvolvimento urbano, nas desigualdades socioespaciais e nas políticas de segurança pública integradas.

Portanto, embora apresente impactos positivos na redução de determinados índices criminais e na construção de alternativas sociais, o TerPaz enfrenta os mesmos desafios de outras políticas públicas: a dificuldade de enfrentar estruturalmente os fatores que produzem e reproduzem a violência urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da periferização urbana em Belém, associada à dinâmica da violência letal, demonstra que a precariedade estrutural e a ausência histórica do Estado constituem fatores determinantes para a consolidação de territórios marcados pela vulnerabilidade social e pela atuação de grupos criminosos. Os bairros do Jurunas, Terra Firme, Guamá, Cabanagem e Benguí, recortes desta pesquisa, expressam com clareza a relação entre exclusão socioespacial,

desigualdade e criminalidade, configurando-se como áreas críticas para a compreensão da violência urbana na capital paraense.

Nesse contexto, o Programa Territórios pela Paz (TerPaz) e, em especial a criação das Usinas da Paz (UsiPaz), representam uma resposta estatal inovadora ao priorizar uma abordagem integrada que articula segurança pública, cidadania e políticas sociais. As ações desenvolvidas nos bairros contemplados sinalizam impactos positivos, como a redução parcial dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), a ampliação da presença institucional e a oferta de serviços essenciais antes inacessíveis para grande parte da população. Esse movimento evidencia que o fortalecimento do papel do Estado em territórios historicamente negligenciados é um elemento central para a mitigação da violência.

Todavia, os resultados também revelam limites significativos. A diminuição nos índices de violência não pode ser interpretada como solução definitiva, uma vez que persiste o risco de deslocamento espacial da criminalidade e a permanência de desigualdades estruturais que alimentam o ciclo de exclusão e violência. Além disso, o TerPaz enfrenta desafios relacionados à continuidade e sustentabilidade das ações, sobretudo em contextos de instabilidade política e restrições orçamentárias.

A partir das reflexões teóricas de autores como Raffestin, Haesbaert e Foucault, torna-se evidente que a violência não deve ser compreendida apenas como expressão de criminalidade, mas como resultado de disputas territoriais e de relações de poder que se manifestam em diferentes escalas. Assim, o território emerge como categoria central para interpretar a forma como agentes estatais e não estatais produzem, controlam e disputam o espaço urbano.

Portanto, a experiência do TerPaz e das UsiPaz reforça a importância de políticas públicas territorializadas e integradas, capazes de dialogar com as especificidades locais e de promover não apenas o enfrentamento imediato da violência, mas também a construção de condições estruturais para sua superação. Isso significa investir em planejamento urbano inclusivo, fortalecimento de direitos sociais, ampliação das oportunidades de trabalho e educação, bem como em estratégias de longo prazo voltadas à redução das desigualdades socioespaciais.

Em síntese, embora o TerPaz represente um avanço no combate à violência em Belém, sua efetividade depende da capacidade de o Estado articular segurança, cidadania e desenvolvimento de forma duradoura. A construção de uma cidade menos violenta e mais justa exige, portanto, não apenas políticas emergenciais, mas um compromisso estrutural com a



transformação das bases socioespaciais que historicamente alimentam a criminalidade nas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relum e Dumará, 1994.
- BELFORT, D. S.; REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N. PERFIL DAS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA HOMICIDA EM BELÉM – PA: UM ESTUDO DE CASO DO BAIRRO DO JURUNAS, DE 2017 A 2022. **Estudos Geográficos**, V. 22, N. 2, 2024.
- CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. PROJETO CARTOGRÁFICO E A PESQUISA: a implementação da escrita gráfica nos princípios geográficos e o tripé Geografia– Cartografia – Geoinformação. **InterEspaço**, V. 5, P. 1-17, 2019.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, N. 1, P. 186-204, 2014.
- CORREIA, R. S. S. Entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas: uma análise da distribuição espacial dos homicídios por bairros em Belém (PA). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. 1-14, 2019.
- COSTA, E. B. da. **Crime, violência e segurança pública: um estudo do Programa Territórios pela Paz**. Belém: UFPA, 2022.
- COSTA, A. C. S. **PODER E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA: Agentes territoriais locais e os Crimes Violentos Letais Intencionais (2013-2017) no bairro Cabanagem, Belém- PA**. 2020. 119 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.
- COUTO, A. **Do poder das redes as redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostas do narcotráfico na Metrópole de Belém-PA**. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- FERREIRA, C. F. **Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-Pa)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.
- FIGUEIREDO, D. de S. **Caracterização dos Crimes Violentos Letais e Intencionais no bairro Guamá, Belém**. Belém: UFPA, 2024.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23ª. ed. São Paulo: Graal, 2004.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 4, p. 21-33, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- NASCIMENTO, R. P. B. **Geografia, violência e território: uma análise sobre a territorialidade em volta dos homicídios no bairro da Terra Firme, Belém-PA (2013–2017)**. Belém: UFPA, 2019.



NASCIMENTO, R.P.B . **O Processo de periferização e violência urbana na baixada belenense:** um estudo sobre os agentes territoriais e os homicídios no bairro da Terra Firme nos de 2011 a 2019. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de mestrado/ Departamento de Geografia/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2021. 208 p.

OLIVEIRA, A. C.; MELLO, F. C. et al. **Cartografia didática da criminalidade violenta do bairro Cabanagem, Belém/PA.** Belém: UFPA, 2024.

PARÁ. Governo do Estado. **Gestão integrada garante efetividade do Programa Territórios pela Paz.** Belém, 2020.

PARÁ. Governo do Estado. **Bairros contemplados pelas Usinas da Paz apresentam redução histórica na criminalidade.** Belém, 2023.

RIBEIRO, W. De O.; Corrêa, L. P. Grandes superfícies comerciais e de serviços no espaço metropolitano de Belém: modernização, invisibilização da precariedade e mudança da escala das desigualdades. **Revista Geonorte**, V. 14, N. 46, 2023.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1998.

BOBBIO, N. **Ética e política.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 131-140, 1992.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** Edusp, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, M. S. R. **Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme, Belém (PA).** Argumentum, v. 4, n. 2, p. 106-118, 2012.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Revan, 2008.